



CONCESSIONÁRIA
AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
 CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1. SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

Todas as comparações contidas neste relatório são realizadas em relação ao exercício de 2014 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

2. APRESENTAÇÃO

A CART é uma companhia aberta de capital nacional, listada na BM&FBOVESPA com nível 2 de governança corporativa e registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria B, sem ações negociáveis no mercado e com debêntures emitidas em dezembro de 2012 (com vencimento em dezembro de 2024).

O início da operação deu-se em 2009, após a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR") ter sido vencedora da concorrência pública internacional que transferiu à CART a administração do denominado Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, pelo trecho de 30 anos.

O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 389 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios.

O Corredor Raposo Tavares é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá.

A CART é controlada em sua totalidade pela INVEPAR, grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. A Invepar é atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil, e seu portfólio atual é composto de 12 concessões distribuídas nos seus 3 segmentos de atuação. Em 2014, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 1.975 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSAS"); Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"); Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"); Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"); Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"); Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"); Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"); Concessionária Via 040 S.A. ("Via 040"); e Linha Amarela S.A.C. ("LAMSAC"), em Lima, no Peru, esta sendo a primeira concessão internacional do grupo. No segmento aeroportos, a Invepar opera, em consórcio formado com a Airports Company South Africa ("ACSA") e Infraero, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport"), o maior do país, que movimentou cerca de 40 milhões de passageiros.

No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetróRio"), e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Com 8.014 funcionários próprios e empreitada com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

Além das doze concessões mencionadas, a Invepar detém outras três empresas:

- PEX S.A. ("PEX" ou "Passe Expresso"), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, em cinco concessões do grupo Invepar - LAMSAS, CBN, CLN, CRA e CRT - e também na Rota dos Coqueiros (PE), Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Shopping Via Parque.
- MetrôBarra S.A. ("MetróBarra"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para o primeiro semestre de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. A Invepar, por meio da MetrôBarra, assinou um contrato de opção de compra das ações da Concessionária Rio Barra, a ser exercido em 2016, após as condições precedentes serem cumpridas.
- PEX Peru S.A.C. ("PEX Peru"), empresa pré-operacional que prestará serviços de cobrança automática de pedágios no Concessionária LAMSAC.

A Invepar controlada integralmente as empresas sobre as quais exerce controle. Empresas consolidadas integralmente: CART, CLN, GRUPAR, GRU Airport, LAMSAS, LAMSAC, LAMBRA, MetrôBarra, MetrôRio, PEX e Via 040. As demais empresas onde há controle em conjunto com um ou mais acionistas são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (CRT, CBN, CRA, VLT Carioca e ViaRio).

3.1 OBRAS NO TRECHO PRINCIPAL

No último exercício social, a CART entregou 20 novos dispositivos, reformou outros 7 e concluiu a duplicação de 88,6 quilômetros de rodovia.

Além disso, realizou a manutenção de: (i) 29 obras de artes especiais, entre elas a recuperação de pontes, viadutos, galerias e passagens de gado; (ii) implantou mais de 200 atenuadores de impacto; (iii) 50ml de sinalização horizontal; (iv) 3,56 quilômetros de drenagem; (v) 10,11 quilômetros de defensas metálicas; (vi) 751 placas de sinalização vertical; e (vii) 8.925 unidades de taxas refletivas. E, ainda, recuperou: (i) 737,08 metros de barreiras de concreto; (ii) 10,56 quilômetros de drenagem; (iii) 3,12 quilômetros de defensas metálicas; (iv) 1.845 placas de sinalização vertical; (v) 26.399 unidades de taxas refletivas; e (vi) 152 pontos de erosão.

3.2 OBRAS NAS VICINIAS

Em 2014, a CART realizou a manutenção dos 389 quilômetros de estradas vicinais. Os principais serviços realizados nessas obras foram: (i) conservação especial de pavimentos; (ii) recuperação, melhoria e implantação de drenagem, sinalização horizontal e vertical, bem como de defensas metálicas.

3.3 ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Em 2014, houve um aumento de 3,7% nos atendimentos prestados pela CART. Os principais serviços prestados pela CART foram: remoção e reparo de veículos, transporte de usuários e atendimento médico e ambulatório.

3.4 SEGURANÇA

Entrou em operação no ano o Centro de Controle de Segurança Empresarial (CCSE), que tem como objetivo monitorar todas as instalações da CART, provendo segurança não só ao patrimônio da Concessionária, mas principalmente aos colaboradores. Com tecnologia de ponta, e uma infraestrutura de câmeras em operação diuturna, o CCSE tem possibilitado o desenvolvimento de ações preventivas e de inteligência em segurança. Esta iniciativa já demonstra sucesso, pois desde sua instalação até o final de 2014 não houve nenhuma ocorrência envolvendo a segurança dos funcionários, bem como o patrimônio da CART.

Em 2014, ainda, prosseguiram-se os trabalhos do Núcleo de Investigação de Acidentes (NIA), comitê interno multidisciplinar que investiga e estuda as causas dos acidentes ocorridos nas rodovias sob administração da CART visando a implantação de ações que auxiliem na prevenção de acidentes e norteando a empresa na tomada de decisões que visam a segurança viária. Este trabalho contribuiu em grande parte para a redução em 36% do número de vítimas fatais nas rodovias que compõe o Corredor Raposo Tavares em 2013, para 27 em 2014.

A Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo está fazendo uso da tecnologia do Centro de Controle Operacional (CCO) da CART, localizado no município de Bauru, para intensificar a fiscalização nas rodovias. Policiais Militares trabalham dentro do CCO, observando e fiscalizando o trânsito por meio das imagens captadas em tempo real, através das câmeras de videomonitoramento da Concessionária, instaladas ao longo do Corredor Raposo Tavares e reproduzidas no painel de alto nível de comando e mecânico, monitoramento por câmeras, SAL e call box.

Também mantêm *website* atualizado diariamente com notícias e status das obras e intervenções na rodovia, uma página do facebook, conta no twitter e no youtube, onde veicula informações institucionais e condições da rodovia.

3.5 COMUNICAÇÃO COM USUÁRIOS

No ano de 2014, a CART reforçou a comunicação com os usuários através da instalação de *outdoors* informativos ao longo das rodovias, abordando os serviços que são prestados pela Concessionária, como socorro mecânico e mecânico, monitoramento por câmeras, SAL e call box.

Também mantêm *website* atualizado diariamente com notícias e status das obras e intervenções na rodovia, uma página do facebook, conta no twitter e no youtube, onde veicula informações institucionais e condições da rodovia.

3.6 ATIVIDADES EDUCATIVAS

O projeto "Trânsito Legal" desenvolve diversas atividades práticas voltadas ao tema "educação para o trânsito". O projeto é realizado em parceria com os municípios do Corredor Raposo Tavares, e visa orientar os cidadãos acerca com dicas de segurança e preservação da vida. Em 2014, o projeto atendeu cerca de 8.600 pessoas entre crianças, jovens e adultos.

3.7 INOVAÇÕES

Como importante passo na busca pela eficiência operacional, a CART remodelou os serviços de atendimento aos seus usuários, unificando os serviços de inspeção viária e socorro mecânico, no projeto denominado "Inspeguinhos". Para isso, adquiriu 16 caminhões cabine dupla adaptados com quinhos de apoio e mecânico, monitoramento por câmeras, SAL e call box.

Também mantêm *website* atualizado diariamente com notícias e status das obras e intervenções na rodovia, uma página do facebook, conta no twitter e no youtube, onde veicula informações institucionais e condições da rodovia.

Os veículos realizam inspeção das rodovias durante 24 horas por dia e estão aptos a removerem veículos de passeio e utilitários, bem como a realizarem o transporte de motoristas e passageiros com segurança e conforto.

A operação dos Inspeguinhos teve início no mês de agosto. Desde então, possibilitou a identificação de uma quantidade maior de usuários com necessidade de auxílio na via, que resultou em um aumento de 18% no número de atendimentos realizados pela CART aos usuários (agosto a dezembro).

No ano de 2014, a CART realizou doações de fresa aos municípios do seu entorno. A fresa é o material proveniente dos serviços de recapetamento das rodovias do Corredor Raposo Tavares, sendo de grande relevância para os municípios, pois contribui para a melhoria das estradas não pavimentadas. Os municípios beneficiados fizeram assunção de responsabilidade sobre o uso da fresa. A CART mantém a correta utilização do material, de forma a mitigar possíveis impactos ambientais.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO EM 2014

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	2014	2013	Δ%
VEPs	54.068	51.556	4,9%
Veículos Leves	16.055	15.459	3,9%
Veículos Pesados	38.013	36.097	5,3%
Tráfego	25.211	24.605	2,5%
Veículos Leves	16.255	15.661	3,8%
Veículos Pesados	8.482	8.452	0,4%
Veículos lentos	474	492	-3,7%
Tarifa Média (R\$)	4,87	4,68	4,0%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes.
 As praças de pedágio da CART registraram 54,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes em 2014, 4,9% acima do registrado no exercício de 2013. Este resultado deveu-se principalmente pelo desempenho dos veículos pesados. Parte do crescimento do período é resultado da entrega de trechos de duplicação, o que torna o Corredor Raposo Tavares mais atrativo do ponto de vista logístico. Em 21/04/2014, a CART alcançou seu novo recorde de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes), com 215.241 unidades. O recorde anterior era de 204.591 VEPs, ocorrido em 22/12/2012.

Recetta Operacional (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Recetta Bruta	681.968	535.049	27,5%
Recettas com Pedágio	263.483	241.529	9,1%
Recettas Acessórias	9.045	11.440	-20,9%
Recetta de Construção (IFRS)	409.440	282.080	45,2%
Recetta Bruta Ajustada¹	272.528	252.969	7,7%
Deduções da Recetta Bruta	(23.828)	(22.249)	7,1%
Recetta Líquida Ajustada¹	248.700	230.720	7,8%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Recetta de Construção.*

No exercício de 2014, a CART obteve uma Receita Bruta de R\$ 682,0 milhões, um aumento de 27,5% em relação ao exercício de 2013. Parte da Receita Bruta é relacionada à Receita de Construção, advinda das normas de IFRS (R\$ 409,4 milhões). O impacto positivo da Receita de Construção está relacionado ao maior volume de investimento em obras executadas no período.

Recetta Líquida Ajustada (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Recetta Líquida Ajustada¹	248.700	230.720	7,8%
Recettas com Pedágio	240.491	220.341	9,1%
Recettas Acessórias	8.209	10.379	-20,9%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Recetta de Construção.*

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 248,7 milhões, um crescimento de R\$ 18,0 milhões, ou 7,8% em relação ao ano de 2013. Os principais impactos foram:

- Receita com Pedágio – Representou 96,7% da Receita Líquida Ajustada, com um crescimento de R\$ 20,2 milhões, ou 9,1%, representado principalmente pelo: (i) aumento de VEPs no período, que respondeu por R\$ 10,8 milhões; (ii) reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Ourinhos, ocorrida em 11 de agosto de 2013 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-327; (iii) reajuste tarifário em 1º de julho de 2014 (ainda que abaixo do previsto em contrato de concessão – as condições para o reajuste de tarifa, modificadas pelo Poder Concedente em 2013, estão em discussão com a ARTESP, conforme detalhado mais adiante) e (iv) reclassificação tarifária das Praças de Pedágio de Piratininga, Assis, Rancheira, Regente Feijó e Pres. Bernardes, todas ocorridas em 24 de novembro de 2014, em função da entrega de trechos de duplicação da SP-225 e SP-270.

Somados, os efeitos tarifários foram responsáveis por R\$ 9,4 milhões.

• Recettas Acessórias – Representou 3,3% da Receita Líquida Ajustada, com uma diminuição de R\$ 2,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo término de contrato de locação de fibra óptica de curto prazo, em julho de 2013;

CUSTOS & DESPESAS

Custos & Despesas (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Custos & Despesas Operacionais	(616.419)	(470.330)	31,1%
Pessoal	(33.426)	(30.077)	11,1%
Conservação & Manutenção	(20.145)	(21.777)	-7,5%
Operacionais	(34.109)	(35.528)	-4,0%
Outorga Variável	(4.088)	(5.939)	-31,2%
Despesas Administrativas	(20.372)	(17.567)	16,0%
Custo de Construção (IFRS)	(405.386)	(279.285)	45,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(16.294)	(12.911)	26,2%
Depreciação & Amortização	(82.599)	(67.246)	22,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(194.739)	(178.134)	9,3%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Recetta e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.*

No ano de 2014, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 616,4 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 405,4 milhões de Custo de Construção e R\$ 16,3 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com ano de 2013, houve um aumento no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo volume de obras executadas no exercício. Já o aumento do valor da Provisão de Manutenção, reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a restauração do pavimento do eixo principal e acessos das rodovias, e pelo início da constituição de provisão para restauração das estradas vicinais.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$ 194,7 milhões no período, um aumento de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior - a inflação pelo IPCA em 2014 foi de 6,4%. O resultado está impactado principalmente pelo aumento da Depreciação e Amortização relacionado ao maior volume de investimento em obras executadas no período.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA & Margem EBITDA (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Recetta Bruta	681.968	535.049	27,5%
Recetta Líquida	658.140	512.800	28,3%
Custos Operacionais	(577.631)	(430.681)	34,1%
Lucro Bruto	80.509	82.119	-2,0%
Despesas Gerais & Administrativas	(38.788)	(39.649)	-2,2%
EBIT	41.721	42.470	-1,8%
(+) Depreciação & Amortização	82.599	67.246	22,8%
EBITDA¹	124.320	109.716	13,3%
Margem EBITDA¹	18,9%	21,4%	-2,5 p.p.s
Ajustes	12.240	10.116	21,0%
(-) Recetta de Construção (IFRS)	(409.440)	(282.080)	45,2%
(+) Custo de Construção (IFRS)	405.386	279.285	45,2%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	16.294	12.911	26,2%
EBITDA Ajustado²	136.560	119.832	14,0%
Margem EBITDA Ajustado²	54,9%	51,9%	3,1 p.p.s

¹ *Instrução CVM nº 527/12;*

² *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Recetta e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.*

O EBITDA, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$ 124,3 milhões no ano de 2014, um aumento de 13,3% em relação ao ano de 2013, com uma Margem EBITDA de 18,9%. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 136,6 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 54,9%, uma variação positiva de 3,1 p.p.s. no período em comparação. O resultado deveu-se principalmente pelo aumento da Receita Operacional.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Resultado Financeiro	(162.157)	(118.832)	36,5%
Recettas Financeiras	21.335	25.986	-17,9%
Juros sobre Aplicações Financeiras	21.014	25.932	-19,0%
Outros	321	54	494,4%
Despesas Financeiras	(183.492)	(144.818)	75,0%
Juros sobre Despesas Financeiras	(115.450)	(94.045)	22,8%
Variações Cambiais e Monetárias	(67.271)	(49.652)	35,5%
Comissões e despesas bancárias	(736)	(1.100)	-33,1%
Outros	(35)	(21)	66,7%

No exercício de 2014 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 162,2 milhões de despesas líquidas, o que representou um aumento de 36,5% em relação ao exercício de 2013. Esta variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de Despesas Financeiras decorrentes das novas captações junto ao BNDES, necessárias para financiamento do CAPEX no período.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Lucro / Prejuízo Líquido	(80.206)	(50.578)	58,6%

O somatório de fatores citados anteriormente resultou em Prejuízo Líquido de R\$ 80,2 milhões no exercício de 2014, um aumento de 58,6% em relação a 2013.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidade e Endividamento (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Divida Líquida	(1.625.537)	(1.207.411)	34,6%
Disponibilidades	91.172	173.799	-47,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	22.004	117.949	-81,3%
Aplicações Financeiras	69.168	55.850	23,8%
Divida Bruta	1.716.709	1.381.210	24,3%
Curto Prazo	106.867	83.737	27,6%
Empréstimos e Financiamentos	99.671	81.916	21,7%
Debêntures	10.624	1.821	483,4%
(-) Encargos Financeiros	(3.428)	-	n/a
Longo Prazo	1.609.842	1.297.473	24,1%
Empréstimos e Financiamentos	819.751	556.587	47,3%
Debêntures	840.400	796.554	5,5%
(-) Encargos Financeiros	(50.309)	(55.668)	-9,6%
Divida Líquida Ajustada	(1.675.846)	(1.263.079)	32,7%

Divida Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.
 A CART encerrou o exercício de 2014 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total de R\$ 91,2 milhões, 47,5% menor em relação ao montante disponível no exercício de 2013. Esta diminuição decorreu principalmente pelo aumento do volume de investimentos, e o maior dispêndio de Despesas Financeiras no último exercício.

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 1,7 bilhão no período, representando um aumento de 24,3%. O crescimento da dívida ocorreu em razão das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES. O perfil do endividamento se manteve, e o montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 93,7%.

INVESTIMENTOS

Investimento (R\$ Mil)	2014	2013	Δ%
Investimento Total	421.177	288.613	45,9%
Imobilizado	5.112	4.945	3,4%
Intangível	420.607	286.587	46,8%
Software e Outros	859	1.092	-21,3%
Direito de Concessão (Investimento)	419.748	285.495	47,0%
(-) Transação Não Caixa	(488)	(124)	293,5%
(-) Margem de Construção	(4.054)	(2.795)	45,0%

No período em comparação, houve um aumento de 45,9% nos Investimentos da Companhia. No total, foram investidos R\$ 421,2 milhões, destinados principalmente à execução de obras de duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

5. GESTÃO E ESTRATÉGIA</



CONCESSIONÁRIA
AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais)

Nota	31/12/2014	31/12/2013	
Receitas			
Receita operacional	15	272.528	252.969
Receita de construção	15	409.440	282.080
Outras		(22)	49
		681.946	535.098
Insuamos adquiridos de terceiros			
Custos de construção	16	(405.386)	(279.285)
Materiais, serviço de terceiros e outros		(88.781)	(87.969)
		(494.167)	(367.254)
Valor adicionado bruto		187.779	167.844
Retenções			
Depreciação e amortização	7 e 8	(82.599)	(67.246)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		105.180	100.598
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	21.335	25.986
Valor adicionado total a distribuir		126.515	126.584
Distribuição do valor adicionado		126.515	126.584
Pessoal e encargos		33.426	30.777
Contribuição para o seguro		23.845	21.803
Benefícios		7.827	6.022
FGTS		1.750	1.539
Outros		4	3
Impostos, taxas e contribuições		(11.131)	1.085
Federais		(24.551)	(11.276)
Estaduais		64	4
Municipais		13	25
Remuneração capital de terceiros		184.426	146.000
Juros		183.493	144.812
Aluguéis		834	1.154
Outros		94	34
Remuneração de capital próprio		(80.206)	(50.578)
Prejuízo do exercício		(80.206)	(50.578)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL:
A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauri, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km3, Ourinhos, final do trecho no Km54, Presidente Epitácio, na divisa com o Estado do Sul; II, SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauri; final do trecho no Km 3174+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo; III, SP-327: início do trecho no Km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km3174+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km324+433, no entroncamento com a SP-270, Km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle no sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$ 81.629, causado principalmente, pelas aplicações financeiras classificadas no não circulante, realizadas com o objetivo de manter conta reserva para honrar os compromissos relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro do seu acionista para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir. Na aplicação funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio
A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)
A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. E, apesar de apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo o acesso revertido ao poder concedente ao término do contrato de concessão, a Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita
Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço
As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção
A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.
A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

Receita de juros
A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com perdas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.8. Estoques
Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Despesas antecipadas
São despesas antecipadas os valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceder ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Intangível
Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para avaliação de perda do seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação seja ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais inerentes até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação
As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	Recargas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00%	2,00%
A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.			

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que o ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados
A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de contribuições a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregado para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, e despesas e custos, associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas sobre premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atenuações de recuperação, com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância e ajustamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas no andamento para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de tribunais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados à qual metodologia de cálculo considerará metas operacionais e financeiras divulgadas.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado
Os métodos dos fluxos de caixa foram preparados pelo método direto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros
a) Reconhecimento inicial e mensuração
Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.
b) Mensuração subsequente
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração quaisquer descontos, "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos
Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Resultado por ação
O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

2.22. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho de revisão da IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impacto na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificarão o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exigível de compensar os valores reconhecido" e o critério que faria com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das partes de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

2.23. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade
Novos pronunciamentos contábeis

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:
IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos à orientação de aplicação contida na IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aquelas nos quais os valores e o período da taxação são claros.

IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigentes:
Em vigor para períodos iniciais em ou após 1º de julho de 2014:

* Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo do serviço.

* Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:
IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplica-se apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira Demonstração Anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

* Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.

* Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de "bearer plants" no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está apresentando a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto não são esperados impactos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa geral	9	10
Número 01	1.306	1.052
Bancos conta movimento	359	1.214
Fundo de troco	120	120
Operações compromissadas	4.070	75.203
Certificados de depósitos bancários - CDB	16.140	40.350
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	22.004	117.949

As aplicações equivalentes de caixa referem-se a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 85,0% a 101,3% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, não possuindo carência.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA:

	31/12/2014	31/12/2013
Operações compromissadas (conta reserva BNDES / Debenturistas)	69.168	55.850
Total das aplicações financeiras	69.168	55.850
Circulante	-	55.850
Não circulante	69.168	-

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em debêntures indexadas a taxa de 102,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$64.226 em



Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Custo	Vida útil e saldo em 31/12/2012				Saldo em 31/12/2013
	em anos	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de uso software	5	6.562	1.092	-	7.654
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	30	947.963	285.495	(87)	2.133.653
Outorga fixa	30	634.000	-	-	634.000
Total		1.588.545	286.587	(87)	1.875.327

Amortização	Amortização em 31/12/2012				Saldo em 31/12/2013
	em anos	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de uso software	(2.586)	(1.393)	-	-	(3.979)
Marcas e patentes	(4)	(2)	-	-	(6)
Direito de concessão	(65.362)	(36.732)	81	(8)	(102.041)
Outorga fixa	(79.566)	(21.134)	-	-	(100.700)
Amortização acumulada	(147.538)	(59.261)	81	(8)	(206.726)
Intangível, líquido	(1.441.007)	227.326	(6)	274	(1.668.601)

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/2013				31/12/2014
	Captações	Juros incorridos	Transferências	Amortização do principal	
Passivo circulante					
Sênior - BNDES - TJLP	56.180	-	(60.632)	(39.404)	39.991
Sênior - BNDES - IPCA	25.736	-	(10.265)	(17.827)	23.143
Total	81.916	-	(70.897)	(57.231)	63.134

Descrição	31/12/2012				31/12/2013
	Captações	Juros incorridos	Transferências	Amortização do principal	
Passivo circulante					
Sênior - BNDES - TJLP	45.859	-	(44.458)	(33.015)	32.890
Sênior - BNDES - IPCA	5.041	-	(10.265)	(17.827)	10.596
Total	50.900	-	(44.458)	(33.015)	43.486

Objeto	31/12/2014				31/12/2013
	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2013	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	116.272	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	68.727	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	62.961	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	5.906	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	44.364	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	578	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	11.780	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	11.198	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	14.092	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.233	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	17.578	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.155	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.052	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	8.828	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	28.672	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.720	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	13.338	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.126	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	11.196	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	40.116	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	44.743	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	25.712	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	51.717	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	12.666	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	21.774	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	81.758	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	64.558	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	22.248	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	15.036	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	27.342	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	6.265	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	28.742	
Total				919.422	

Objeto	31/12/2014				31/12/2013
	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2013	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	136.287	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	79.707	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2021	40.116	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	49.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	6.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	670	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	19.808	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.553	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	16.661	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.430	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.301	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.263	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	22.827	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.896	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	31.434	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.017	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	14.952	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	13.008	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.010	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	34.568	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	38.555	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	22.155	
Total				638.503	

Objeto	31/12/2014				31/12/2013
	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2013	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	136.287	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	79.707	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2021	40.116	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	49.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	6.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	670	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	19.808	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.553	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	16.661	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.430	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.301	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.263	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	22.827	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.896	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	31.434	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.017	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	14.952	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	13.008	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.010	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	34.568	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	38.555	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	22.155	
Total				638.503	

Objeto	31/12/2014				31/12/2013
	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2013	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	136.287	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	79.707	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2021	40.116	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	49.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	6.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	670	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	19.808	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.553	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	16.661	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.430	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.301	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.263	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	22.827	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.896	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	31.434	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.017	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	14.952	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	13.008	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.010	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	34.568	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	38.555	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	22.155	
Total				638.503	

Objeto	31/12/2014				31/12/2013
	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2013	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	136.287	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	79.707	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2021	40.116	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	49.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	6.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	670	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	19.808	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.553	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	16.661	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.430	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.301	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.263	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	22.827	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.896	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	31.434	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.017	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	14.952	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	13.008	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.010	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	34.568	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	38.555	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	22.155	
Total				638.503	

Objeto	31/12/2014				31/12/2013
	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2013	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	136.287	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	79.707	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2021	40.116	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	49.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	6.850	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	670	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	19.808	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.553	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	16.661	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.430	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.301	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.263	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	22.827	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.896	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	31.434	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.017	
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	14.952	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	13.008	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.010	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	34.568	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	38.555	
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	22.155</	



**CONCESSIONÁRIA
AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros.

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Empresa	Operação	Risco	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
CART	Debêntures	IPCA + 5,80%	431.120	53.793	61.817	69.845
CART	Debêntures	IPCA + 6,05%	419.904	54.661	61.878	69.089
CART	BNDES	TJLP	431.120	45.817	53.619	61.330
CART	BNDES	IPCA	419.904	9.829	9.882	9.934
CART	Caixa equivalente	Baixa taxa DI	22.004	2.118	1.581	1.051
CART	Aplicação financeira	Baixa taxa DI	69.168	4.564	3.431	2.298

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta valores a receber de R\$16.129 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. representam 93,1% deste, ou seja, R\$15.015, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

A Administração

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2014, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações anual, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado. A Companhia também possui empréstimos e financiamentos sujeitos a atualização de alíquotas fixas.

h) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

i) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	919.422	638.503
Debêntures	797.287	742.707
Caixa e equivalentes de caixa	(22.004)	(117.949)
Aplicações financeiras	(69.168)	(55.850)
Dívida líquida	1.625.537	1.207.411
Patrimônio líquido	461.181	511.387
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.086.718</u>	<u>1.718.798</u>

22. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a constituir também provisões para recuperação das estradas vicinais. O marco para assunção do compromisso de recuperação e manutenção das estradas vicinais foi a celebração dos convênios com os municípios, que ocorreram ao longo de 2013. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

Não circulante
Total

Saldo inicial 31/12/2013	Adições	Saldo final 31/12/2014
33.444	16.295	49.739
<u>33.444</u>	<u>16.295</u>	<u>49.739</u>

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2014 é de 14,07% a.a..

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

31/12/2014 31/12/2013

Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada

488 124

financeiramente (Fornecedores)

488 124

Total de transações não caixa

488 124

24. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que a adoção será manifestada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) não haverá adoção antecipada referente as regras dos arts. 1º, 2º e 4º a 70 e as regras dos arts. 76 a 92. A administração não espera impactos significativos no próximo exercício.

25 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$45.000, mediante a emissão de 57.293.797 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Leandro Ferreira Gonçalves - CRC 105.435/O-5 CRCRJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - Bauru - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa 1, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$85.055 mil. A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 7 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

